



**Museu Nacional
Resistência e Liberdade**

Fortaleza de Peniche

Exposição / Exhibition

REPÚBLICA PORTUGUESA
PATRIMÓNIO CULTURAL

**POR TEU
LIVRE
PENSAMENTO
FOR YOUR
FREE
THINKING**

27 Abril / April
2019

pen@the

Figura 1 – Museu Nacional Resistência e Liberdade. Fonte: Foto de Arlindo Homem, 2019.

Paula Araújo da Silva e Teresa Pacheco Albino

MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE: FORTALEZA/PRISÃO POLÍTICA/MUSEU

Em abril de 2017 o Governo português aprovou um plano de recuperação da Fortaleza de Peniche para nela instalar um Museu Nacional que perpetue a memória histórica deste monumento, enquanto antiga prisão política da Ditadura Fascista que dominou Portugal desde 1928 até à Revolução de Abril de 1974. Estamos perante uma memória muito longa e marcante para o Povo Português e em simultâneo sensível e dolorosa, um património material e imaterial recente, o que suscita inúmeros desafios.

Em setembro de 2019, a Fortaleza de Peniche, construída no século XVII e classificada como monumento nacional desde 1938, passou para a tutela da Direção-Geral do Património Cultural, que de imediato deu início aos procedimentos necessários à preservação do edificado histórico e à criação daquele que será o 15º Museu Nacional.

Os blocos prisionais construídos no início da década de sessenta são hoje um conjunto edificado em processo de degradação pela sua falta de funcionalidade. E todo o complexo defensivo, como as muralhas e os baluartes, precisa de trabalhos de consolidação e recuperação urgentes.

A Fortaleza e a cidade de Peniche

Sabemos que o Património Cultural, sendo memória, nunca chega a ser, simplesmente, passado. Ele pertence sempre ao tempo presente, porque dele faz parte e nele participa. E, por essa

ação, inscreve-se no tempo futuro. Essa é a grande mística do Património: pertencer por inteiro a todos os tempos.

A Fortaleza de Peniche é exemplo vivo desta dinâmica. Trata-se de um conjunto patrimonial notável, que começou por ser uma fortificação militar, depois foi prisão política e agora renasce num uso distinto, enquanto espaço de cultura e memória.

Mas é também o grande desafio do tempo presente – conseguir conciliar a memória e perpetuá-la para o futuro, sem a desvirtuar.

A Fortaleza de Peniche insere-se num conjunto militar defensivo de fortificações construídas ao longo da costa marítima portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII, de elevado valor patrimonial e que teve um papel estratégico no sistema defensivo do território português até ao século XIX. Está implantada praticamente dentro do mar, numa península que em tempos foi uma ilha.

Esse isolamento, e as condições agrestes inerentes à sua localização, batida pelo mar e pelo vento, criou as condições ideais para servir de prisão política de 1934 a 1974.

Após a libertação dos presos políticos em 1974 (a Revolução de Abril ou dos Cravos), a Fortaleza de Peniche foi de imediato reivindicada pelos habitantes da cidade de Peniche como um espaço que pudesse ser visitado e utilizado pelos seus habitantes.

A Fortaleza, monumento nacional, sempre esteve inacessível à população devido às condicionantes próprias do seu uso, mas a comunidade local sempre a sentiu como sua.

Até à década de oitenta, a vila peninsular, mais tarde cidade de Peniche, estava ligada ao restante território por uma única estrada que durante o regime fascista era controlada pela Polícia de Defesa do Estado, mais conhecida como PIDE.

Isolada e controlada esteve igualmente a população de Peniche



Figura 2 – Blocos Prisionais. Fonte: Foto de José Paulo Ruas, 2018.

que, em vários momentos, mostrou a sua solidariedade para com os presos políticos e suas famílias (participação em protestos por melhores condições de vida na prisão, acolhendo as famílias dos presos em sua casa, oferecendo alimentos, “cooperando” nas fugas).

Este tipo de relação estabelecida entre uma prisão e uma comunidade local é situação única em Portugal. Mas devido à influência que a prisão política exerceu sobre a própria população de Peniche, ao condicionar profundamente o seu quotidiano, existem algumas pessoas que preferiam esquecer esse passado doloroso, enquanto outras acham muito importante enaltecer essa memória da cidade.

É o caso de antigos presos políticos e os seus familiares, provenientes de regiões de norte a sul de Portugal, e os portugueses simpatizantes ou ligados a movimentos cívicos que reivindicam a criação de um Museu Nacional da Resistência e da Liberdade.

Ao longo dos anos a Fortaleza da

cidade de Peniche transformou-se em um símbolo maior da Resistência ao Fascismo, o dia 27 de Abril de 1974, o dia da libertação dos presos políticos é festejado todos os anos, como testemunham as placas comemorativas existentes no espaço. Placas comemorativas colocadas na Fortaleza por instituições, associações, amigos e familiares, em homenagem aos antigos presos políticos da Prisão de Peniche e à sua luta pela conquista da liberdade.

Em 1999, perante as dificuldades financeiras de conservação, manutenção e revitalização do espaço, o Município de Peniche decide instalar uma unidade hoteleira na Fortaleza e encomenda um projeto de arquitetura. Essa decisão, que implicaria alterações nos antigos blocos prisionais, é alvo de uma forte contestação local e nacional, protagonizada por muitos cidadãos e pelas forças políticas de esquerda.

A polémica atinge o seu auge em 2016, quando o Governo anuncia o

Programa Revive, desenvolvido pelos Ministérios da Cultura e da Economia e Finanças, que incluía a Fortaleza de Peniche no conjunto de 30 edifícios a ser concessionados a investidores privados.

Entendendo que não há compatibilização possível, entre a preservação da memória de um dos mais simbólicos lugares da luta pela liberdade em Portugal e uma unidade hoteleira privada, o Governo, com o apoio da Assembleia da República, decide criar o Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche. (Resolução 73/2017 Conselho de Ministros).

Processo

Como resgatar, preservar e divulgar esse passado doloroso/sensível vivido por muitos portugueses e expor esse património na Fortaleza? Quais são os desafios?

Após o levantamento da investigação existente até à data sobre o tema, no âmbito da História Contemporânea, da Antropologia e da Museologia, e após a recolha de informação científica e técnica sobre projetos semelhantes existentes ou em curso (Espaços de Memória/Direitos Humanos), noutros lugares do mundo, o método do Diálogo impôs-se.

Dialogar com as entidades e as pessoas que de um modo ou de outro estiveram ligadas à Prisão Política e à Fortaleza de Peniche, sobre esse passado recente e as oportunidades atuais - e envolvê-los no objetivo de conceber a Fortaleza de Peniche como

um espaço de memória, de promoção dos direitos humanos, dos valores da cidadania e dos ideais de democracia – visando a criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade em prol do desenvolvimento social e cultural tornou-se, desde então, uma prioridade da Direção-Geral do Património Cultural.

Se por um lado trabalhamos com um distanciamento histórico confortável, na medida em que já passaram 46 anos desde os acontecimentos que nos propomos narrar em discurso museológico, por outro lado temos o enorme privilégio de enriquecer a nossa tarefa com os contributos de muitos dos que viveram aquele período e estiveram nesta prisão.

A abordagem para iniciar o projeto foi criar um Comité Executivo e um Grupo Consultivo (CICAM - Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica) constituídos por elementos chave: antigos presos políticos, investigadores, professores, representantes da população de Peniche, museólogos, arquitetos, engenheiros e responsáveis da Direção-Geral do Património Cultural e do Ministério da Cultura. Diferentes experiências de vida, perspetivas e conhecimentos em Diálogo sobre o programa do Museu.

A 7 de fevereiro de 2018 foi lançado o concurso público de arquitetura, incidindo a escolha final no projeto do Atelier AR4, sob a coordenação de João Barros Matos.

Das 22 propostas apresentadas, o júri considerou que a vencedora



Figura 3 – Fortaleza de Peniche. Fonte: Foto de José Paulo Ruas, 2018.

se destacou pela “sobreposição de percursos de diferente natureza nunca perdendo, cada um deles, autonomia, significado ou fluidez no seu conjunto”.

Prevê-se que o Museu Nacional Resistência e Liberdade esteja concluído em 2022, mas, até lá, a Direção Geral do Património Cultural decidiu abrir alguns dos espaços da Fortaleza de Peniche.

A reabertura da Fortaleza

A Fortaleza de Peniche reabriu ao público a 25 de abril de 2019, investida num novo uso de índole museológica, que posiciona Portugal no roteiro internacional dos chamados Museus de Memória, evocativos de lutas travadas em nome da Liberdade e dos Direitos Humanos.

Resultado de um profundo trabalho de pesquisa desenvolvido pela CICAM, que irá ser continuado e que se consolidará em 2021, inaugurou-se

neste primeiro momento a Exposição “Por Teu Livre Pensamento” e o Memorial de homenagem aos presos políticos.

Trata-se de um ato profundamente simbólico, a marcar a abertura ao público de um projeto museológico ímpar, que tem desafiado a Direção-Geral do Património Cultural em múltiplas e entusiásticas frentes, abraçadas por uma equipa vasta e multidisciplinar de qualificados profissionais dos seus quadros.

O objetivo da exposição é prestar homenagem aos antigos presos, às suas famílias, à população de Peniche e aos milhares de homens e mulheres que dedicaram as suas vidas à resistência ao fascismo e à conquista da Liberdade.

Na exposição, resgatam-se momentos marcantes da História Contemporânea a partir de documentos, fotografias e objetos que integrarão o acervo do futuro Museu. Há também registos fílmicos que documentam testemunhos de presos



Figura 4 – Exposição “Por teu Livre Pensamento”. Fonte: Foto de Arlindo Homem, 2019.

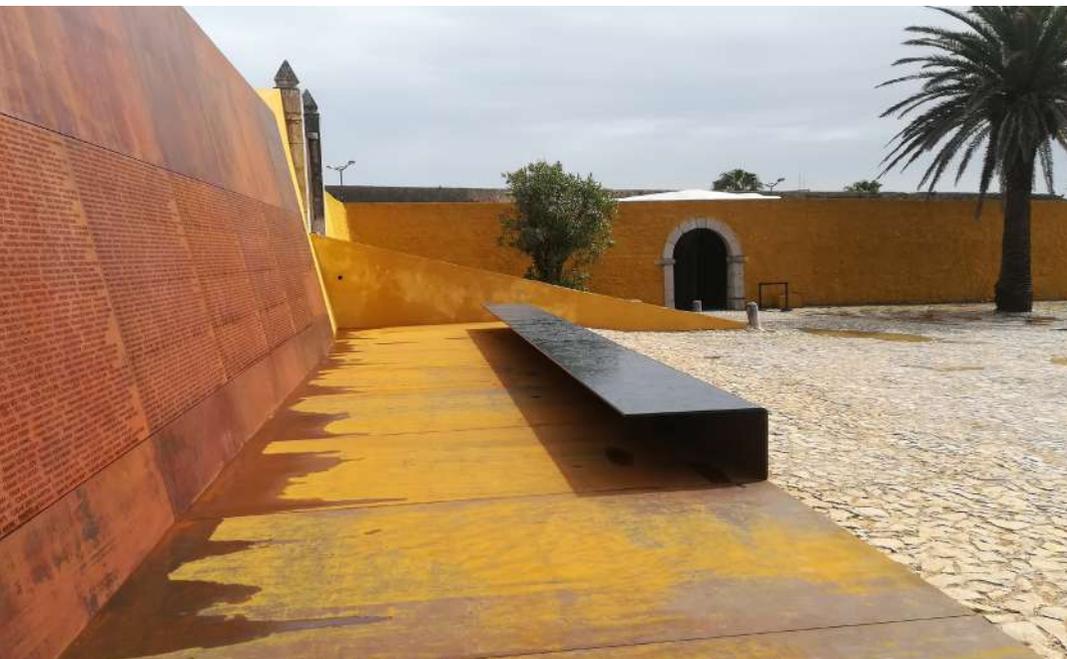


Figura 5 – Memorial. Fonte: Foto de Teresa Pacheco Albino, 2019.

políticos, de seus familiares e as fugas heroicas, com destaque as que foram protagonizadas por Dias Lourenço e Álvaro Cunhal. E um núcleo com a história da Fortaleza desde o século XVI até aos nossos dias.

O Memorial, instalado na entrada da Fortaleza, é uma peça de grandes dimensões executada em aço corten, e apresenta gravados os nomes dos 2510 presos políticos que passaram pela Cadeia de Peniche ao longo de 48 anos de repressão do Estado Novo.

Considerações

É com assumido orgulho que estamos a posicionar Portugal na rota internacional dos monumentos e museus que celebram os Direitos Humanos. No tempo conturbado em que vivemos, a chamada de atenção para essa conquista torna-se quase um imperativo ético, e é seguramente uma questão de cidadania global.

O 15º Museu Nacional perpetuará a memória da resistência à ditadura e afirmar-se-á como espaço de homenagem à árdua e sofrida luta travada em nome da Liberdade e dos Direitos Humanos em Portugal, durante 48 longos anos de repressão.

Constituir-se-á, também, como fonte de conhecimento e de reflexão sobre valores humanistas que, sendo matriciais, são contudo facilmente percíveis ao sabor dos ciclos da História.

Ao retratar o sofrimento do que é não ser livre, sequer para pensar,

ultrapassamos o campo da memória e apontamos claramente para o futuro. Este Museu lembrar-nos-á sempre que a mais valorosa conquista de abril de 1974 - a Liberdade - continuará a ser o que não queremos, nunca mais, perder.

Paula Araújo da Silva

Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto e Mestre em Arqueologia pela Universidade do Minho. Diretora-Geral do Património Cultural

Teresa Pacheco Albino

Licenciada em Antropologia Cultural pela Universidade Nova de Lisboa e Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial e Coordenadora do Museu Nacional Resistência e Liberdade/Fortaleza de Peniche da Direção-Geral do Património Cultural